



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIO DE
SERGIPE – FANESE**

CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOZELENE SOUZA SANTOS

TEORIA E HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

VISÃO DINÂMICA

Aracaju - SE

2018

JOZELENE SOUZA SANTOS

TEORIA E HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

VISÃO DINÂMICA

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Rafael Vicente Barletta Spacca.

Coordenador de Curso: Luciana Matos dos Santos.

Aracaju – SE

2018

S237t

SANTOS, Jozelene Souza.

Teoria E História Da Contabilidade Visão Dinâmica /
Jozelene Souza Santos, 2018. 29 p.

Artigo (Graduação) – Faculdade de Administração e
Negócios de Sergipe. Coordenação de Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Rafael Vicente Barletta Spacca

1. Teoria da Contabilidade 2. História 3. Visão
Dinâmica I. TÍTULO.

JOZELENE SOUZA SANTOS

**TEORIA DA CONTABILIDADE: Teoria e História da
Contabilidade Visão Dinâmica**

Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis. Banca examinadora formada por:

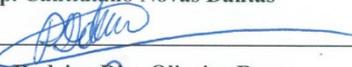
Aprovada com média: _____



Prof. Esp. Rafael Vicente Barletta Spacca.
Orientador



Prof. Esp. Cantidiano Novas Dantas



Prof. Esp. Rodrigo Dias Oliveira Rosa



Jozelene Souza Santos

Aracaju (SE), 20 de junho de 2018.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa apresenta de forma breve, porém dinâmica a Contabilidade em seus aspectos histórico e teóricos, revelando características fundamentais ao entendimento desta como uma ciência necessária a humanidade e por isso está presente na sociedade há tantos anos. Compreender a evolução da contabilidade ao longo dos séculos nos permite verificar como o controle de bens está presente na vida da humanidade a tanto tempo e por isso a ciência a qual tomamos como objeto de estudo evoluiu, tornando-se interesse de vários estudiosos garantindo seu espaço até os dias atuais. Nesta perspectiva, o trabalho tem como principal objetivo, compreender por meio de uma visão dinâmica a evolução da contabilidade dando ênfase a sua história e teorias nela aplicada. O material utilizado para realizar o levantamento dos dados necessários para fundamentar esta pesquisa se deu por meio de fontes bibliográficas, o que a caracteriza como pesquisa bibliográfica, por meio desta foi possível conhecer as origens da Contabilidade, as escolas e autores que a fundamentaram como uma ciência e criou as práticas, muitas delas ainda utilizadas nos dias de hoje, bem como suas principais teorias. Foi possível perceber a riqueza de estudos que contempla a longa história da Contabilidade, os diversos estudiosos que se dedicaram a melhorar cada vez mais esta atividade que marcou os primórdios da vida humana, permitindo que estes pudessem ter controle sobre seus bens, o que nos permite refletir na maneira dinâmica como esta circulou durante todos esses séculos, esta passou por várias regiões, tornou-se motivo de estudo de vários entendedores do assunto e não se tornou obsoleta.

Palavras-chave: Teoria da contabilidade. História. Visão dinâmica.

ABSTRACT

This research presents in a brief but dynamic way the Accounting in its historical and theoretical aspects, revealing fundamental characteristics to the understanding of this as a necessary science to humanity and for that reason it has been present in the society for so many years. Understanding the evolution of accounting over the centuries allows us to verify how the control of goods has been present in the life of mankind for so long and therefore the science we have taken as the object of study has evolved, becoming an interest of several scholars guaranteeing their space until nowadays. In this perspective, the main objective of the work is to understand, through a dynamic vision, the evolution of accounting, emphasizing its history and theories applied to it. The material used to carry out the necessary data to support this research was given through bibliographic sources, which characterizes it as a bibliographic research, through which it was possible to know the origins of Accounting, the schools and authors that founded it as a science and created the practices, many of them still used today, as well as their main theories. It was possible to perceive the wealth of studies that contemplates the long history of Accounting, the various scholars who have dedicated themselves to improving this activity more and more, which marked the beginnings of human life, allowing them to have control over their assets, which allows us to reflect in the dynamic way in which it has circulated during all these centuries, it has passed through various regions, became a subject of study of several understanders of the subject and has not become obsolete.

Keywords: Accounting theory. History. Dynamic vision.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 1950.....	24
Tabela 2: Estrutura do Balanço Social/1976.....	25
Tabela 3: Balanço Patrimonial /2009.....	26

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE TABELAS

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivos.....	9
1.1.1 Objetivos Geral.....	9
1.1.2 Específicos.....	9
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Problemática	10
1.5 Metodologia.....	10
2 DESENVOLVIMENTO.....	11
2.1 Evolução Histórica da Contabilidade: Breve Retrospectiva	12
2.1.1 Partidas dobradas.....	13
2.2 Teorias da Contabilidade.....	14
2.2.1 postulados	14
2.2.2 princípios	16
2.2.3 convenções	19
2.3 As Escolas do Pensamento Contábil	20
2.3.1 Contismo.....	20
2.3.2 Personalismo.....	20
2.3.3 Materialismo.....	20
2.3.4 Controlismo	21
2.3.5 Aziendalismo	21
2.3.6 Patrimonialismo.....	21
2.4 Contabilidade no Brasil.....	22
2.5 Balanço 24	
2.5.1 Modelo de balanço geral segundo a Lei n. 2.627 de 1940	24
2.5.2 Modelo de balanço segundo a Lei n. 6.404 de 1976	25
2.5.3 Modelo de balanço patrimonial segundo a Lei n. 11.941 de 2009.....	26
3. CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIA.....	29

1 INTRODUÇÃO

A teoria da contabilidade discutida e conceituada nos cursos de Ensino Superior de Ciências Contábeis nos permite mostrar a contabilidade na linha do tempo, que é uma ciência muito antiga, estando sempre presente na vida do homem. Neste aspecto, conhecer os primórdios da escrita e dos conceitos deixados por homens e mulheres da contabilidade, que estruturaram pensamentos em uma época em que a arte de registrar os fenômenos patrimoniais era uma ciência, a ciência das contas, mas que estes não sabiam tornar relevantes os entendimentos, nos aspectos evolutivos da contabilidade ao longo dos séculos.

Comparada a outras ciências, a história expõe que a contabilidade, por vezes, foi deixada a disposição da inércia temporal, sendo necessária a ocorrência de crises mercantis, elevando assim, a preocupação dos homens, e estes precisaram formular novos conceitos sobre a contabilidade, passando a entender que não bastava apenas registrar, mais que era necessário compreender o antes e prever o depois através das alterações dos atos e fatos contábeis. A contabilidade no decorrer dos séculos tornou-se indispensável à sobrevivência mercantil, mesmo com a separação de pessoa jurídica da pessoa física nos aspectos fiscais, a contabilidade manteve-se fixa em seus objetivos.

O conhecimento histórico da contabilidade é fundamental para o desenvolvimento do profissional da área, conhecer a história desta ciência, que transforma, orienta os atos e fatos de um patrimônio ou azienda, como queiram, sendo possível através da análise minuciosa do contexto histórico e das teorias, trabalharem os equívocos, e de forma relevante, ampliar as mentes destes profissionais, tornando o saber científico mais específico e mais dinâmico na busca por suas metas.

É dentro de uma visão panorâmica de análise desta ciência, que acreditamos que compreender sua teoria, promove um melhor entendimento dos objetivos e dos aspectos evolutivos que se modificam, à medida que a sociedade evolui, tomando como objetivo de estudo a teoria da contabilidade, tendo como objetivo principal, apresentar a teoria e a história da contabilidade numa visão dinâmica.

Este trabalho também amplia os conhecimentos da História e a teoria recente da contabilidade no Brasil, onde os desafios contábeis tinham sempre como metas, defender os contribuintes e equilibrar o justo pagamento dos tributos, criado de maneira justa, porem mal executado por parte da maioria dos nossos governantes.

1.1.Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

A pesquisa teórica baseia-se nos conceitos já estudados e desenvolvidos por diversos autores e estudiosos, uma vez que a Teoria da Contabilidade está inserida em todo universo prático do nosso cotidiano. Alicerçado a isso, a teoria da contabilidade é um meio eficiente para mensurar os fatos contábeis, para esse processo evolutivo da contabilidade diante das exigências dos usuários e sendo assim deve gerar informações confiáveis e relevantes. Com base nestas finalidades, o presente trabalho de pesquisa tem como principal objetivo compreender por meio de uma visão dinâmica a evolução da contabilidade dando ênfase a sua história e teorias nela aplicada.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar de maneira resumida e breve a história da contabilidade visando a compreensão de seu processo evolutivo ao longo dos anos até os dias de hoje;
- Conceituar a expansão e o entendimento da teoria da contabilidade através de um enfoque fiscal, econômico e comportamental com bastante clareza;
- Descrever numa visão dinâmica a teoria e as suas variações através dos séculos, e a história da contabilidade através do tempo.

1.2 Justificativa

Contextualizar a contabilidade numa visão dinâmica por um viés histórico e baseado na verificação de suas teorias e relevância, em função da importância, como uma ciência tão antiga, sendo neste sentido rica de informações sobre diferentes povos, o que também nos permite aprender com erros passados, no que se refere a prática contábil.

A história de qualquer ciência é um conhecimento fundamental para que estas sejam mais bem compreendidas, através destes saberes é possível entender o surgimento de todo apanhado teórico e prático que a compõe, tais como, as normas, as resoluções, as teorias, os postulados, as regras, os princípios, ou seja, todos os fatores que contemplem a área de atuação a que determinada ciência se destina.

O estudo da contabilidade e o conhecimento histórico nos permitem o aperfeiçoamento das teorias nela aplicada, e busca-se a melhoria do atendimento das demandas da sociedade. Este estudo é de grande valor para acadêmicos da área de ciências contábeis, bem como da

própria sociedade, afinal, proteger, organizar, e controlar os bens que possuem é interesse de todos, e vale ressaltar que a contabilidade é uma ciência social, sendo a própria ação do indivíduo a modificação do fenômeno patrimonial.

1.3 Problemática

A contabilidade é necessária ao desenvolvimento social e tal afirmativa é confirmada pela própria origem da ciência, o que falta aos profissionais da área é exercitar durante e após sua formação acadêmica, a história e as teorias fornecidas por aqueles que nos precederam. Os aperfeiçoamentos das teorias são feitos através do estudo dos povos, aprende-se com erros, não permitindo que estes se repitam, modificando-se assim, técnicas, postulados, princípios, etc. Como o aperfeiçoamento das teorias contábeis, ao longo da história e sobre o seu surgimento, bem como sua elaboração, houve um avanço no processo de aprendizagem na formação e visão teórica da contabilidade?

1.4 Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, utilizando um rico acervo para o levantamento dos dados, como livros, artigos, leis, e-books, sobre a história da contabilidade e suas teorias.

DESENVOLVIMENTO

2.1 Evolução Histórica da Contabilidade: Breve Retrospectiva

Apesar de tão antiga a presença da contabilidade em nossa sociedade, datando segundo Iudícibus (2010) dos primórdios da origem da civilização e da antiguidade greco-romana, vamos direcionar nossa retrospectiva a partir dos eventos mais diretos no que tange a aplicação da Contabilidade como prática com base em estudos.

Iudícibus (2010) inicia sua viagem a linha do tempo, em 1202, relatando a publicação do livro de Leonardo Fibonacci, o *Liber Abaci*, de acordo com o autor, esta obra era um compêndio sobre cálculo comercial que limita demarca a Contabilidade Antiga e era da Contabilidade Moderna. Segundo Iudícibus (2010), até 1494, surgem muitos trabalhos sobre práticas comerciais. Mas o trabalho de Fibonacci tem maior ênfase nos cálculos do que nas práticas comerciais.

De acordo com o Iudicibus, Federigo Melis delimitou até a metade do século XIII o uso das partidas simples, como resultado, surgiu vários exemplos de partidas dobradas, no entanto, estas eram características em grandes negócios, os empreendimentos de menor porte, continuaram a utilizar as partidas simples, e tal situação permaneceu mesmo depois do trabalho do Frei Pacioli. Em 1340, o autor destaca a Francesco di Balduccio Pegolotti que escreveu *La pratica della mercatura que* era um tipo de enciclopédia do comerciante esta obra foi fundamental para verificar a análise da evolução da Contabilidade e dos usos comerciais.

Iudícibus(2010), destaca muitos autores e seus respectivos estudos que foram muitos significativos na evolução da Contabilidade, como Benedetto Cotrugli com sua obra *Della mercatura et del perfetto*, que foi vista por outros autores como uma etapa fundamental na história da Contabilidade. Teve também o já citado Frei Pacioli, com sua importantíssima obra *Summa de aritmetica geometria, proportione et proporgionalitá* nesta obra se distingue para finalidades históricas da contabilidade o *Tractatus de computis et scripturis*, considerado um marco básico na evolução da Contabilidade. Iudícibus(2010), salienta que neste tratado supõem-se que o método contábil foi explicado de forma integral por meio de um inventário.

O autor também destaca, Alvise Casanova que teve uma obra bastante notável em sua época, este tratadista já é citado por Iudícibus (2010), em 1558. Já em 1586, temos Angelo Pietra, este tratadista formulou sua obra com interesse na aplicação do método contábil na administração de seu orfanato e a referência a aplicações bancárias, mercantis e patrimoniais, acredita-se que este foi o primeiro autor a falar sobre previsões orçamentárias.

Destacamos também, Ludovico Flori (1636), que apresentou uma obra que alcança o ápice da Contabilidade italiana até o século XIX, sua obra descreveu o método das partidas dobradas os mosteiros. Nicolo D'Anastasio (1803) apresenta em sua obra a preocupação em demonstrar o caráter científico da Contabilidade. Iudícibus (2010) também destaca Giuseppe Ludovico, como sendo o precursor da teoria econômica das contas.

A partir de 1840 iniciamos um período que caracterizou a Contabilidade como Científica, nesta época, Francesco Villa, publica a *La contabilità alle amministrazione private e pubbliche*. Que de acordo com Iudícibus (2010) foi considerado por outros tratadistas italianos como sendo o demarcador da Contabilidade como uma ciência. Já em 1873, Giuseppe Cerboni publica *Primi Saggi di logismografia*, no entanto o melhor trabalho de Cerboni foi publicado em 1886, este autor apresentou a aplicação das partidas dobradas na forma logismográfica e aprofundou a teoria personalística das contas de Marchi.

De acordo Iudícibus(2010), em 1891, temos Fábio Besta com sua obra ciclópico trabalho *La ragioneira*, que só apareceu com sua edição completa em três volumes entre os anos de 1909-1910. Este autor inaugurou a era do controle, para ele a contabilidade era designada como a ciência do controle econômico, Besta é considerado o maior contador moderno, suas teorias tendo derrubado o trabalho personalístico de Marchi e Cerboni.

Sobre a evolução da Contabilidade no que tange à sua fase científica, Hoog (2013) apresenta em sua obra como eras da contabilidade, e entre estas aparecem à era pré-científica, que segundo o autor, no que se refere a questões de conteúdo, de acordo com Hoog (2013) apud Sá (1997) nesta época havia intensa busca de raciocínios, definições e conceitos em matéria não só de registros, mas especialmente de fatos ou ocorrências que com a riqueza ensinaram a disciplina das contas.

Ainda segundo o autor, nesta época teve início a formação das primeiras teorias empíricas, o que permitiu abertura para o desenvolvimento da lógica do conhecimento contábil, deixando de lado a simples informação, este período tem início no fim do século XVI, indo até o início do século XIX. A era científica da Contabilidade de acordo com Hoog (2013) apud Sá (1997), é o período que surge às primeiras obras científicas e também se estabelecem as bases das escolas do pensamento contábil, este período marcou o estudo da essência dos fenômenos patrimoniais e suas relações.

2.1.1 Partidas Dobradas

De acordo com Hoog (2013), as partidas dobradas são uma tecnologia contábil em que os fatos são explicados pela razão da origem e pela aplicação de recursos, como o débito e o crédito. Esta tecnologia, como afirma Hoog é tão antiga quanto a própria ciência, ou seja, a contabilidade, havendo relatos históricos de sua evolução na Itália, em uma fase conhecida como “Anos Dourados”, este resultado das grandes transformações do regime medieval.

Sá (2004) salienta que as partidas dobradas, definidas como sendo um processo de registros contábeis que se consagrou por uma equação ou igualdade entre débito e crédito de contas, de fato surgiu na Itália, acredita-se que entre os anos de 1250 e 1280. Ainda de acordo com Sá, apesar de não haver registros que comprovem a autoria das partidas dobradas, existe um documento muito antigo, que se configura como uma das hipóteses de sua origem, este chamado de Partidas Simples.

A escrituração contábil por método das partidas simples escritura apenas as operações envolvendo pessoas, deixando de fora os eventos que envolvem elementos do patrimônio e do resultado. Esses eventos são registrados em controles externos á contabilidade. O método de partidas simples é nomeado dessa forma porque em uma transação é considerada apenas o débito e o crédito ocorrido no fator. Por conta desses e outros fatores, que tornam menos completo e eficiente na informação dos dados contábeis, ele deixou de ser utilizado. (MACHADO, 2015 p. 2).

Destaca-se também a hipótese do cientista e historiador Fabio Besta. Ele afirmava que o que se debitava em uma conta, terminava creditando-se em outra, e havendo organização em todo o processo, como resultado teria o registro duplo. Muitos foram os estudiosos que se preocuparam em analisar as origens das partidas dobradas, Sá (2004), cita alguns deles: Alferi, Rigobon, Vianello, Wool, Corsani, Massa, Jaeger, Browon, entre muitos outros, no entanto, o autor salienta que todos esses estudiosos encontram-se com seus estudos apenas no campo das hipóteses.

Um nome muito importante no que tange o estudo da história das partidas dobradas é o de Federigo Melis, ele em sua tese apresentou fortes argumentos de que este processo nasceu na segunda metade do século XIII na Toscana, na Itália. Melis também lançou suas hipóteses, ele não criticou as hipóteses já existentes, mas defendia que o bero do processo era na Toscana, isso com base nos registros dos barqueiros florentinos e de Siena.

Outro nome de peso sobre a temática é o do frei Pacioli, que de acordo com Sá (2004), a primeira obra impressa que difundiu as partidas dobradas foi de autoria dele, sendo está inserida em uma obra de Aritmética, Geometria, Proporções e Proporcionalidades, não foi uma a obra exclusivamente contábil, no entanto, o livro inseriu-se em sua distinção IX, o “Tratado XI Particular de Computação e Escrita”, que era uma matéria contábil aplicada às

empresas comerciais através do processo de Partidas Dobradas.

2.2 Teorias da Contabilidade

2.2.1 Postulados contábeis

A estrutura dos conceitos da contabilidade se estabelece a partir de postulados, princípios e convenções. Os princípios e os postulados são um guia, em termos técnicos são as linhas teóricas que embasam a contabilidade já as convenções atuam representando os condicionamentos de aplicação, em situações diversas dentro da prática.

De acordo com Iudícibus (2010), um postulado é uma proposição ou observação de alguma realidade que pode não ser colocada à prova ou verificação. Iudícibus afirma que o postulado, enquanto categoria da contabilidade contempla uma área ampla, mais do que a própria disciplina, tendo relação com alguns aspectos ambientais.

Os postulados são classificados em postulados normativos, que nos diz como a contabilidade deve fazer ou ser feita, os postulados descritivos, este postulado vai além da proposta do normativo, ele além de definir o que a contabilidade deve fazer, também busca descrever e explicar de que forma a informação contábil, deve chegar até os usuários, e os postulados ambientais, este postulado define o ambiente no qual a contabilidade pode ser elaborada.

Iudícibus (2010), apud Hendriksen, explica-nos que, de forma básica os postulados que devem interessar a contabilidade são os que apresentam premissas básicas sobre o ambiente econômico, político e social, porque são nesses ambientes que deve operar. Os postulados mais importantes para contabilidade, segundo o autor são o postulado da entidade contábil e o postulado da continuidade. O autor ressaltar que existem outros postulados, mas esses postulados são pilares sobre o qual se firmam os conceitos contábeis.

O postulado da entidade contábil significa a representação da entidade contábil, que se configura de forma mais simples para o nosso melhor entendimento, como uma unidade econômica que controla recursos, assumindo a responsabilidade de executar tarefas e conduzir atividades econômicas. Conforme Iudícibus (2010), a entidade contábil, pode ser uma pessoa física, uma sociedade limitada, uma grande sociedade etc.

De acordo com Toczek (2013), o conceito de contabilidade na perspectiva do postulado da entidade contábil, apresenta os seguintes enfoques: o Jurídico, onde a contabilidade deve registrar separadamente as operações dos sócios e as da empresa. O econômico, que mostra que as entidades possuem um patrimônio, cuja evolução em seus

aspectos qualitativos e quantitativos a contabilidade deve acompanhar. O organizacional, que apresenta a visão da entidade como responsável por assumir uma conotação mais ampla que a proposta no enfoque jurídico, por considerar como entidade qualquer unidade da estrutura administrativa, linhas de produtos. E por fim o enfoque social, que pressupõe que as entidades deveriam evidenciar em seus relatórios a contribuição em termos de benefícios à sociedade.

O segundo postulado apresentado é da continuidade, que segundo Pacheco (2006), observa a entidade como algo contínuo, que tem como principal finalidade gerir e utilizar ativos não para serem vendidos no estado em que se encontram, mas para servirem à entidade no esforço de produzir receita. Nesta as entidades na perspectiva da contabilidade são vistas como empreendimentos em andamento, por isso dizemos ser contínuo. Por este postulado, a entidade é vista como tendo a capacidade de manipular fatores e agregar utilidade aos mesmos, e a partir destas ações são capazes de obter receitas.

Os postulados são extremamente importantes para a contabilidade, à medida que definem o ambiente e as condições nas quais as informações podem ser geradas. Se observarmos a estrutura conceitual básica da contabilidade verificaremos que primeiramente se definem os objetivos, em seguida o ambiente no qual esses objetivos poderão ser alcançados (postulados), para posteriormente se estabelecerem as regras básicas de escrituração, apuração e apresentação dos resultados (princípios contábeis) e por fim as restrições quanto à utilização desses princípios (convenções contábeis). (TOCZEK, 2013, p. 8).

Pela ênfase dada ao ambiente no qual são estabelecidos os objetivos é que abordamos como maior propriedade os postulados da entidade e da continuidade, e sendo estes os que mais interessam a contabilidade, estes são importantes para a conceituação que se tem, pois o que grande parte dos conceitos existentes derivas do sentido profundo dos postulados aqui mencionados.

2.2.2 Princípios Contábeis

Segundo Quintas (2010), os princípios contábeis são elementos que disciplinam o comportamento do profissional que está em exercício na área contábil, estes permitem que os demais usuários fixem padrões de comparabilidade e credibilidade, sobre o conhecimento dos critérios que são estabelecidos na elaboração de demonstrações.

Iudícibus(2010), ressalta que os princípios contábeis, bem como as convenções surgem naturalmente a partir do estabelecimento dos postulados ambientais e dos objetivos da contabilidade, estes qualificam e delimita o campo de aplicação dos princípios, em determinados contextos. Os objetivos da contabilidade são estabelecidos por duas abordagens.

(...) o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário (IUDICIBUS, 2010, p.3).

Ainda segundo Iudicibus, é a partir do estabelecimento dos objetivos da Contabilidade e após delimitação dos postulados ambientais que os princípios bem como as convenções surgem naturalmente, este autor destaca os seguintes princípios: do custo como base de registro inicial, da realização da receita e da confrontação com despesas (competência) e do denominador comum monetário.

O primeiro princípio citado, o de custo como base de registro inicial, apresenta como premissa básica a definição de que os ativos serão incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los acrescido de todos os gastos necessários os gastos necessários para colocá-los em condições de gerar benefícios para a empresa.

O segundo princípio, o da realização da receita e da confrontação com as despesas (competências), de acordo com Toczek (2013), estabelece que a receita represente a entrada de recursos para a entidade, ou seja, dinheiro ou direitos que estas têm a receber, como resultado de transações, como vendas ou prestações de serviços, podendo ainda ser oriundo de operações financeiras ou outros ganhos eventuais. Já a despesa é definida pelo autor como o sacrifício que a entidade faz para a obtenção da receita

A realização da receita é, muitas vezes, tratada isoladamente, o que tem provocado muitos desentendimentos sobre o verdadeiro alcance do problema, pois, na verdade, o reconhecimento de receita e a apropriação de despesas estão intimamente ligados. Frequentemente, não se deve reconhecer a despesa sem a receita sem que a despesa associada seja delimitável, mesmo que apenas como estimativa. (IUDÍBUS, 2010 p. 45).

O princípio do denominador comum monetário de acordo com Altini (2010), expressa a dimensão essencialmente financeira da contabilidade, surgindo assim à necessidade de homogeneizar ativos e passivos, de forma mais clara, a autora explica-nos que seria igualar os ativos e as obrigações de natureza diferente pelo denominador comum monetário, que nada mais é, que a avaliação em moeda corrente no país.

De acordo com Hendriksen e Breda (1999) algumas abordagens têm sido adotadas com finalidade de buscar resolver os problemas da Contabilidade de custos moderna, os autores, destacam como as mais comuns, os enfoques fiscal, legal, ético, econômico, comportamental e estrutural.

De acordo com os autores, o enfoque fiscal é o mais utilizado entre os iniciantes no ramo da Contabilidade, este enfoque trabalha questionando a Receita Federal a respeito de

determinadas situações. Hendriksen e Breda (1999), afirmam que quando nos aprofundamos nas origens da contabilidade fiscal, fica perceptível que os objetivos desta são claramente distintos da divulgação dos dados financeiros, o que torna a contabilidade fiscal irrelevante para os nossos fins.

No entanto, as leis de imposto de renda exerceram um importante papel sobre a prática da contabilidade em muitas áreas, permitindo que a prática contábil média chegasse aos níveis das melhores empresas de sua época, o que permitiu o aperfeiçoamento das práticas de um modo geral preservando a uniformidade. Os autores chamam a atenção para os efeitos adversos que as normas e leis têm provocado nas teorias e os princípios contábeis em muitas áreas e isso se justifica pelo fato de existir uma tendência de aceitação das normas de imposto de renda como princípio e práticas contábeis.

O enfoque legal é apresentado pelos autores como o embasamento legal que garante as transações, assim estes afirmam que uma venda, por exemplo, de ser reconhecida quando a propriedade de um bem é transmitida, no entanto os autores salientam que o problema em muitos casos não é resolvido tão facilmente, pois geralmente há transmissão de propriedade quando o caso já está sendo julgado pelo tribunal. Assim apesar de ser relativamente importante este enfoque tornam-se lento, a julgar pelas diferentes conclusões, e neste sentido, os autores concluem que apesar de a lei proporcionar o pensamento amplo em questões de teoria da contabilidade está em raros casos é de fato o fator decisivo.

O terceiro enfoque apresentado por Hendriksen e Breda (1999), é o ético este na teoria da Contabilidade dá ênfase aos conceitos de justiça, verdade e equidade. Os autores salientam que dentro desta perspectiva, deve existir ausência de viés e fidelidade de representação, pois estas são características necessárias a um sistema contábil confiável. As considerações de caráter ético devem exercer uma influência plana em toda a contabilidade.

O enfoque econômico segundo os autores envolve a busca pela interpretação de conceitos contábeis que fazem parte da dinâmica econômica, para que se compreenda o enfoque econômico é preciso interpretar três vias distintas, que são a macroeconomia, a microeconomia e a contabilidade empresarial. Segundo Hendriksen e Breda (1999), o enfoque da macroeconomia procura explicar o efeito de procedimentos alternativos de divulgação de dados sobre os indicadores e atividades econômicas em um nível mais amplo do que o de uma empresa.

Já o enfoque microeconômico tem como objetivo explicar o efeito de procedimentos alternativos de divulgação sobre indicadores e atividades econômicas no nível da empresa. A visão microeconômica da contabilidade social-empresarial, segundo aos autores, não abrange

todos os efeitos que as empresas exercem na sociedade, neste sentido, os custos da poluição ambiental, do desemprego, condições insalubres de trabalhos, entre outros problemas, não são comumente divulgadas pela empresa, mas à medida que esta assume tais medidas por meio de tributação e regulamentação, esta pode divulgar, são questões como essas que é alvo da contabilidade social-empresarial.

O enfoque comportamental de acordo com autores é uma alternativa ao enfoque econômico e consiste nas visões da psicologia e da sociologia no desenvolvimento das teorias da contabilidade, nele a preocupação consiste na relevância da informação transmitida as responsáveis pela tomada de decisões e no comportamento dos indivíduos ou mesmo grupos diante das informações contábeis apresentadas. E por fim, o enfoque estrutural este é apresentado por Hendriksen e Breda (1999), como o enfoque clássico da contabilidade, visando solucionar problemas, este atua no local por meio de analogia, assim procura lidar com o problema por meio de semelhança. Os profissionais neste enfoque buscam classificar transações semelhantes de maneira similar.

2.2.3 Convenções (normas e restrições)

Conforme Iudícibus (2010), as convenções contábeis delimitam ou qualificam o melhor tipo de comportamento necessário ao contador diante da liberdade que os postulados e os princípios lhes dão. As convenções apresentadas pelo autor quanto à ordem são da objetividade, da materialidade, do conservadorismo, e da consistência.

A primeira convenção, segundo o autor, o da objetividade diz respeito ao sentido da neutralidade que deve existir na contabilidade nos registros dos fatos que abrangem a gestão do patrimônio das entidades. Iudícibus (2010) afirma que entre os autores não existe um conceito claro da objetividade, sendo em muitos casos, os princípios contábeis justificados na forma em que se encontram ou pela superioridade entre o princípio e outro, assim a objetividade tem significado e conceitos distintos.

A materialidade segundo o autor pode ser vista por dois ângulos, um é o de quem “toca” a escrita contábil e o outro é do usuário da informação contábil, o autor ressalta que nesta convenção a responsabilidade sempre será do contador ou auditor, pois é ele quem demonstra a situação financeira da entidade, considerando a materialidade. No processo sistemático interno da contabilidade, a materialidade envolve a noção de custo *versus* benefício da informação contábil gerada.

Iudícibus (2010), afirma que o grande problema da materialidade para os contadores e auditores está no estabelecimento do que é material e do que não é, este problema invade a problemática contábil, inclusive no estabelecimento dos objetivos. O autor ressalta que é preciso se atentar a não confundir materialidade com relevância, pois apesar de serem tratados como sinônimos, estes apresentam diferença em determinadas circunstâncias.

Algo pode ser material e ser irrelevante, embora isto seja raro. Outro fenômeno pode ser considerado imaterial, isoladamente considerado, e ser relevante para alguns usuários. Por exemplo, a evidenciação em quadro suplementar do orçamento pelo capital de uma empresa para os próximos dez anos pode ser material pelo tamanho das cifras envolvidas, mas não será relevante para todos os usuários, embora possa sê-lo para alguns (IUDÍCIBUS,2010, p. 62).

A convenção de ordem do conservadorismo em contabilidade apresenta segundo o Iudicibus, duas abordagens, uma apresenta o conservadorismo como uma vocação da profissão, que tem como finalidade disciplinar o entusiasmo natural de alguns donos e administradores de negócios na apresentação das perspectivas da entidade, este é o sentido mais útil desta conversão contábil. O outro sentido dado, segundo Iudícibus (2010) provoca distorções isso merece atenção dos contadores, a caracterização clássica desta conversão é a regra utilizada na avaliação de inventários.

De acordo com Iudicibus, o problema do conservadorismo está no fato desta impor uma tendência natural entre os profissionais de considerá-la como liberdade de apresentar aos usuários a informação ou variante que apresentar o menor lucro e ativo ou maior passivo, assim se limites bastante explícitos não forem adotados para a regra torna-se difícil avaliar os efeitos de sua aplicação. A crítica sobre esta convenção, convite em que ela quando compreendida de forma equivocada, apresenta como resultado a diminuição da relevância e esta deve ser o teste crítico preferencial quando se adota uma norma.

E por fim a convenção apresentada por Iudícibus (2010) como sendo a mais importante, de acordo com o autor sua importância esta explícita desde o seu conceito.

Desde que tenhamos adotado certo critério, entre os vários que poderiam ser válidos à luz dos princípios contábeis, não deveria ele ser alterado nos relatórios periódicos, a não ser que absolutamente necessário e desde que a alteração de critério e os efeitos que possa ter acarretado na interpretação por parte dos usuários das tendências e dos resultados da empresa sejam evidenciados. (IUDÍCIBUS, 2010, p.64).

Segundo IOB (2008), a convenção contábil da consistência significa que todos os critérios utilizados contabilmente em certo período precisam ser mantidos ao longo do tempo para que as demonstrações dos diversos períodos bem como das diversas datas sequenciais, sejam comparadas entre si, o que permitirá ao leitor a extração de informações úteis, sendo ainda possível apontar alguma tendência futura.

Ressaltando que a existência desta convenção não determina que a entidade não possa modificar os critérios de avaliação, classificação, período, entre outros, mas significa que eles não podem ser modificados de forma contínua, e sim diante da necessidade. Iudícibus (2010), afirma que quando aplicada de forma criteriosa, essa convenção conduz a excelentes resultados, mas quando levada com base em uma atitude conservadora, diante da utilização dos critérios apenas por ser consistente com um exercício anterior, sua aplicação torna-se danosa para a relevância das demonstrações contábeis.

2.3 As Escolas do Pensamento Contábil

2.3.1 Contismo (1803)

De acordo com Shimidt e Santos (2008), o contismo é a primeira escola contábil, e esta é centrada no problema de evidenciar os saldos das contas a receber e a pagar, segue os princípios apresentados nos primeiros trabalhos escritos sobre técnicas comerciais. Seu principal personagem foi Luca Pacioli que reconhecia a contabilidade como uma ciência que tinha como objeto as contas.

2.3.2 Personalismo (1867)

A escola de pensamento contábil Italiana, fundada durante a segunda metade do século XIX, tendo muitos seguidores, como Michele Riva, Francesco Marchi, Giuseppe Cerboni, Giovanni Rossi, entre outros. Essa escola pregava que, sendo o administrador da empresa o responsável pelos direitos e as obrigações da mesma, ele seria o devedor dos sócios da empresa no que tange o valor investido pelos capitalistas. A escola personalista deixou como importante contribuição permitir que a contabilidade passasse a ser considerada um instrumento que fornecia importantes informações sobre a gestão de entidades.

2.3.3 Materialismo (1880)

Essa é uma doutrina filosófica Italiana que tem como principal precursor desta Francesco Villa que tinha como base fundamental de seus estudos a materialidade das coisas, este desprezava tudo que não possuísse significado de corpo ou matéria. Esta é a escola apresentada por Schmidt e Santos (2008), como a escola Veneziana, esta age no controle das aziendas, ou seja, dando o devido valor as contas.

2.3.4 Controlismo (1891)

O Controlismo é uma doutrina Italiana que tem como protagonista Fabio Besta, tendo destaque a Teoria exposta por ele na abertura do ano acadêmico entre em 1880/1881, na faculdade Cá Foscari de Veneza, sua obra foi uma oposição a obra de Cerboni. Besta destacou-se por desenvolver um amplo estudo sobre a organização administrativa que subsidiou teoricamente o Controlismo, na visão deste, a entidade possui um organismo administrativo próprio com uma autoridade preponderante que deve ser exercida por aqueles a quem pertence à riqueza.

2.3.5 Aziendalismo (1920)

A Moderna Escola Italiana (Economia Aziendale), de acordo com Schmidt e Santos (2008) é resultado de um processo evolutivo da contabilidade italiana, que teve como principais estudiosos Gino Zappa, Fabio Besta. Essa doutrina tem sua fundamentação voltada para princípios que se destinam a servir como instrumento de auxílio a ação da gestão.

2.3.6 Patrimonialismo (1923)

O principal nome que se destaca nessa escola é Vincenzo Masi, esta foi fundada na Itália, mas teve maior repercussão e aceitação em outros países, sendo o Brasil um destes. O que a caracterizou foi que esta definiu o patrimônio como objeto da contabilidade, a teoria que embasa esta definição, afirma que o patrimônio é uma grandeza que se transforma a partir do desenvolvimento de atividades, e que é preciso que suas contribuições sejam reconhecidas e analisadas de forma adequada por causas das variações que podem surgir em algum período.

Wiesner (2012) apresenta de forma resumida, as seguintes contribuições desta escola para a comunicação contábil: os fatos administrativos e todo o contexto em que a entidade está inserida, o resultado era considerado o mais importante fenômeno econômico de uma entidade e o conhecimento e demonstração do resultado da gestão empresarial representavam o principal objetivo da contabilidade.

2.4 Contabilidade no Brasil

Segundo Reis e Silva (2007), a doutrina contábil é algo recente no Brasil, tendo sofrido até a primeira metade do século XX com a influência da cultura italiana, o modelo utilizado no país até os dias atuais é o da Escola Patrimonialista, que desde o seu surgimento teve uma boa aceitação no país. Na perspectiva desta escola, destacamos o Professor

Francisco D'Auria, que em 1929 apresentou uma tese com o título, Tendências Positivas em Contabilidade e suas ideias patrimonialistas, este ilustre professor, tinham como alicerce para suas fundamentações teóricas, as ideias de Fábio Besta, da escola do Controlismo. D'Auria defendia os estudos voltados à administração econômica tendo como resultado o controle efetivo.

Os estudos deste professor foram direcionados a prática contábil com ênfase patrimonialista a partir de 1928, no entanto, apenas em 1949, com a publicação de suas obras, Contabilidade Pura e logo após Cinquenta anos de Contabilidade ficou definida a sua linha de pesquisa. D'Auria foi muito importante nos estudos contábeis brasileiros, e suas ideias foram seguidas por vários mestres e escritores brasileiros, dentre eles Frederico Herrmann Júnior, Hilário Franco, Alberto Almeida Rodrigues entre outros.

O início da prática contábil no Brasil, contou com a participação dos legisladores e conforme Schmidt e Santos (2008), uma das primeiras manifestações contábeis no país foi no reinado de D. João VI, que em seu governo provisório publicou um alvará que tinha como objetivo obrigar os contadores gerais da Real Fazenda a aplicarem método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

Outro acontecimento, que segundo os autores reforçam a presença do legislativo no processo de evolução contábil no país, foi à criação do Código Comercial de 1850, que instituiu a obrigatoriedade da escrituração Contábil e da elaboração anual da demonstração do balanço geral composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais. No entanto, de acordo com os autores, este código não promoveu a normatização dos procedimentos contábeis, apenas determinou que as empresas deveriam seguir uma ordem única de Contabilidade e escrituração e que também deveriam ter livros para essa finalidade.

O código surgiu no mesmo período que a contabilidade sofria uma nova fase em seu desenvolvimento em nível mundial, neste período conforme Schmidt e Santos (2008) os contábeis brasileiros, experimentavam todas as várias tendências, pois no país ainda não existiam normas e padrões obrigatórios. Sobre a situação atual da contabilidade brasileira, Iudícibus (2010), afirma que está se encontra em um estágio de desenvolvimento paradoxal, ou seja, são novos argumentos que contraria os princípios básicos e gerais que costumam orientar a prática contábil.

A primeira etapa da fase de desenvolvimento contábil no Brasil apresentada por Schmidt e Santos (2008), é marcada segundo os autores, pela intervenção da legislação no desenvolvimento de procedimentos contábeis e a influência doutrinária das escolas italianas de pensamento contábil. O século XX, principalmente em suas primeiras décadas é marcado

por muitas discussões sobre a padronização de balanços, sendo está resolvida com a publicação do Decreto-lei nº 2.627 no ano de 1940, que instituiu a primeira Lei das Sociedades por Ações Brasileira.

A segunda etapa apresentada por Schmidt e Santos (2008), teve início em 1964 e marca um novo período de desenvolvimento da chamada escola monetária. Neste período o legislativo continua atuante, o governo nesse período após o golpe militar precisava resolver as distorções econômicas que foi provocada pela inflação e também reduzir a taxa de inflação que provocava no país sérios problemas de recessão econômica, visando resolver estes problemas, em 1964 este expediu a Lei nº 4.357 que tornou obrigatória a correção monetária do ativo imobilizado e do capital das pessoas jurídicas. Apesar de muita crítica para a contabilidade brasileira essa lei permitiu a resolução em parte das grandes distorções provocadas pela inflação.

De acordo com os autores, em 1981, o Conselho Federal de Contabilidade apresentou a Resolução CFC nº 529/81 que disciplinou as Normas Brasileiras de Contabilidade, estas normas classificam-se em técnicas e profissionais. Dentre estas o autor destaca a NBC-T-1 baixada pela CFC nº 530/81 que estabeleceu os princípios fundamentais da contabilidade. O autor ressalta que a CFC 530/81 deixa claro que não existe uma uniformidade com relação aos princípios contábeis.

Os princípios fundamentais de Contabilidade determinados pela CFC foram os seguintes da entidade, da qualificação e quantificação dos bens patrimoniais, da expressão monetária, da competência, da oportunidade, da formação dos documentos contábeis, da terminologia contábil, da equidade, da continuidade, da periodicidade, da prudência, da uniformidade, da informação, dos atos e fatos aleatórios, da correção monetária e da integração. (SCHMIDT; SANTOS, 2008, p. 153,).

Conforme os autores, em 1993, a CFC baixou a resolução nº 750 que voltou a tratar dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e estes foram alterados, o CFC, determinou que os princípios fossem de acordo com art. 3º, da entidade, da continuidade, da oportunidade, do registro pelo valor original, da atualização monetária, da competência e da prudência. Mais recentemente, em 2007 a Lei das Sociedades por Ações foi alterada por meio da lei nº 11.638/07, esta alterou as demonstrações financeiras obrigatórias, os critérios de avaliação de ativos e passivos, o método de equivalência patrimonial e a inclusão das empresas de grande porte na base da Lei das Sociedades por Ações.

Assim como outras ciências, o campo contábil ainda tem muito a evoluir, e Hendriksen e Breda (1999), nos diz que nos 500 anos desde que Pacioli escreveu seu livro a contabilidade tem se mantido constante. O mundo sofreu uma revolução informacional, que

de acordo com os autores deveria ter tido um impacto dramático sobre a contabilidade, no entanto isso não aconteceu, o que ocorre é uma defasagem entre as invenções e aplicações. Autores de livros e textos contábeis explicam que débitos ficam a esquerda e créditos à direita, bem como técnica de subtração por oposição, que segundo Hendriksen e Breda (1999), já tornou obsoleta em aritmética.

E é a partir destes métodos antigos medievais, que os programadores refletem suas ideias, sendo fies a eles, e são estes que temos acesso nos computadores modernos. Neste aspecto os autores afirmam que a contabilidade ainda está para tirar proveito de novas invenções que prometem revolucionar a divulgação financeira como hoje conhecemos, a revolução se dará, quando informações necessárias aos investidores forem acessíveis de forma simplificada aos mesmos, e isso é possível a partir da aplicação das tecnologias disponível.

Segundo Iudícibus (2010) a principal problemática no campo contábil brasileiro, é a falta de discussão dos princípios contábeis e das boas técnicas de contabilidade. Segundo o autor a legislação fiscal tem sido influenciada nos conceitos contábeis pela falta de esclarecimento de um grande número de contadores sobre os limites da Contabilidade científica e da contabilidade para finalidades fiscais. O Brasil desde os primórdios de suas atividades contábeis conta com um amplo acervo de leis que forma dando contornos a prática no país.

O conselho Federal de Contabilidade, também é resultado de uma lei, e estes conselhos apresentam como finalidade fiscalizar a atuação do profissional além de criar normas e princípios para que estes profissionais sigam, está torna-se a garantia de uma prática eficiente, pois por meio de um variado aparato legal a sociedade tem a garantia que as especificidades da atividade contábil será garantido, e que os profissionais terão consciência de seu papel neste contexto, assim torna-se imprescindível o conhecimento da legislação bem como de seus atributos enquanto profissional.

2.5 Os Balanços – 1940 – 1976 – 2009.

2.5.1 Modelo de balanço Geral de segundo a Lei 2.627 de 1940

Tabela 1 - Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 1950

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1950	
ATIVO	PASSIVO
Imobilizado	Não exigível

<ul style="list-style-type: none"> • Imobilizações efetivas • Vinculações <p>Realização a Longo Prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Créditos a Longo Prazo <p>Realizável a Curto Prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Devedores • Existências • Investimentos <p>Disponível</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade Imediatas <p>Contas de Resultado Pendente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valores Aleatórios • Valores de Aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio Líquido • Provisões <p>Exigível a Longo Prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade a Prazo indeterminado <p>Exigível a Curto Prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Credores Privilegiados • Credores Quirografários <p>Contas de Resultados Pendente</p> <p>Valores Aleatórios</p>
<p>Contas de Compensação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bens de Terceiros • Bens em Poder de Terceiros 	<p>Contas de Compensação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bens de Terceiros • Bens em Poder de Terceiros

Fonte Quadro adaptado pelo professor Hilário Franco- estrutura, análise e interpretação de Balanços. Ed. Atlas 1º Ed. 1954.p.33.

2.5.2 Modelos de balanço de acordo com a Lei 6.404 de 1976

Tabela 2 - Estrutura do Balanço Social

ATIVO	PASSIVO
<p>Ativo Circulante</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizável até 1 ano ou ciclo operacional da empresa (data do 	<p>Passivo Circulante</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vencíveis até 1 ano ou ciclo operacional da empresa (data do

encerramento do balanço).	encerramento do balanço).
Realizável a longo prazo	Exigível a Longo Prazo
<ul style="list-style-type: none"> • Acima de 1 ano ou ciclo operacional da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vencíveis após 1 ano ou ciclo operacional da empresa.
Permanente	Patrimônio Líquido
<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos; • Imobilizado, participações em coligadas; • Outros investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capital dos Acionistas; • Reservas; • Lucros ou prejuízos acumulados.

Fonte- Quadro adaptado pelo professor Adriano Blatt. Análise de Balanços. Ed. Makron, 2001, p. 9.

2.5.3 Modelo de Balanço Patrimonial Segundo a Lei 11.941 de 2009

Tabela 3 - Modelo de balanço patrimonial

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
Disponível	Obrigações
Realizável a curto prazo	Exigibilidades
Estoques	
Outros ativos (Despesas antecipadas)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Obrigações longo prazo
Realizável a longo prazo	Exigibilidade longo prazo
Ativo investimentos	
Ativo imobilizado	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Capital social
Ativo intangível	Reservas de capital
	Ajustes de avaliação patrimonial
	Reservas de lucros
	Ações em tesouraria
	(.) Prejuízos acumulados
TOTAL ATIVO	TOTAL PASSIVO

Fonte- Faculdade Internacional SIGNORELLI. Grupo de Contas do BP alterado pela lei 11.941/2009, s/d.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do nosso trabalho “Teoria e História da Contabilidade em uma Visão Dinâmica invocou um pouco do resgate, pois apesar de entendermos que este é um assunto que não se esgota de conceitos e análises, por meio desta pesquisa foi possível constatar que esta vem ao longo dos anos intensificando rápida evolução por estar diretamente ligado em várias civilizações, séculos após séculos, desde a percussão do zero no século XII, passando pelo método das partidas dobradas no século XIV, a era das transformações entre o século XV ao Século XVII, a promulgação e exigência do livro Diário através do Código Comercial em 1850, o Patrimonialismo na contabilidade no início do século XIX, as modificações trazidas à contabilidade a partir de XVIII com a revolução industrial e conseqüentemente a divisão de responsabilidades dos técnicos e dos contadores, com o objetivo de dinamizar a ciência contábil através dos surgimentos de várias ramificações em nossa profissão, dentre essas ramificações destacamos: a Contabilidade de Custos, Contabilidade Ambiental, Contabilidade Pública, Perícia Contábil, Auditoria, Controladoria, Consultoria empresarial, entre outras tantas.

A dinâmica contábil no que tange o aspecto histórico é comprovada pelo fato desta ter se estabelecido durante tanto tempo entre povos diversos, mesmo de forma não intencional ela estava presente, e podemos afirmar que isso é simplesmente fantástico, o que torna essa pesquisa gratificante por nos permitir conhecer uma prática que surgiu em meio a sociedades primitivas e se concretizou ao longo dos anos, recebendo a denominação de ciência.

O contexto histórico é muito significativo por nos permitir aplicar uma determinada prática, mas entender o porquê de sua existência é preciso quebrar o paradigma que eleva a Teoria da Contabilidade a uma Ciência e um pensamento não apenas de quem é leigo no assunto, mas também quem domina o campo profissional da área. Dinamizar na teoria e na prática envolve o entendimento da Contabilidade de modo geral.

Ao mesmo tempo em que compreendemos a história estamos nos aprofundando nas teorias, e este é um trabalho que se concretiza por meio do pensamento de muitos autores que buscaram melhorar, criar e ampliar práticas que permitiram o avanço desta profissão, tornando racional, crítica, orientada por métodos e por isso considerada científica. Impossível que um contador não conheça as teorias, no entanto é justamente esta ação mecânica de apenas executar tarefas que deve ser repensada, e enxergar por uma visão dinâmica é considerar todos os seus aspectos como fundamentais a cada ação realizada.

Nessa perspectiva que estabelece a reflexão entre a base histórica e a teórica, muitos pontos importantes foram apresentados, e estes nos permitiu estabelecer a Contabilidade como uma ciência que organiza a vida social no que tange ao controle de bens, de transações comerciais e neste aspecto esta acaba estando presente em outros ramos de atividades da sociedade, por meio de suas normas, princípios e métodos.

Também foram abordadas questões relacionadas ao surgimento da Contabilidade no Brasil, esta apesar de ser influenciada pela escola italiana e seus pensadores conseguiu aprimorar e desenvolver sua prática, contou com o forte envolvimento dos governantes desde seu surgimento e conta ao longo de sua história com um amplo acervo legal, que delimitou o modo de ser fazer a Contabilidade no país.

Essas leis garantiram a efetivação da prática bem como de seus profissionais, foram muitas as iniciativas de formar pessoas qualificadas para o trabalho e as metas foram alcançadas, no entanto ainda existe a necessidade de ampliar saberes, produzir estudos, e melhorar os métodos, ressaltando que ao longo do percurso da Contabilidade brasileira tivemos autores que se destacaram em seus estudos.

Assim, o estudo permitiu verificar de forma dinâmica a evolução da Contabilidade ao longo de muitos séculos, e esta ciência que perpassou muitos anos de histórias, sendo pensada e repensada por muitos autores em manter viva a teoria e a História da contabilidade, mantendo firme na mente de todos nós.

REFERÊNCIAS

- ALTINI, Marlene Zanglelini. **Princípios fundamentais de contabilidade**. PHMP, 2010. Disponível: <http://phmp.com.br>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.
- DUARTE, Andressa et.al. **Estudo das escolas contábeis: personalista, controlista e matemática**. Anais da mostra científica do Cesuca, v.1, n° 6, Cachoeiras/RS, 2012.
- HENDRISEN, Eldon S; BREDA, M; Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Ed. Atlas, São Paulo, 1999.
- HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Exame de suficiência em Contabilidade: teoria da Contabilidade**. 2° edição, Ed. Juruá, Curitiba, 2013.
- IOB. **Contabilidade: convenção contábil da consistência (ou Uniformidade)**, 2008. Disponível: www.iob.com.br. Acesso em 11 de outubro de 2017.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10° edição, Ed. Atlas, São Paulo, 2010.
- MACHADO, Paulo. **Entenda os métodos de escrituração contábil simples e dobrada**. UNIFAI, 2015.
- PACHECO, Priscila Hernandes. **Postulados, Princípios e Convenções contábeis**. 2006, Disponível: www.zemoleza.com.br/trabalhoacademico/humanos/contabilidade/postulados-principios-e-convencoes-contabeis/ Acesso em 2 de outubro de 2017.
- QUINTAS, Tiza. **Postulados e princípios contábeis**. Centro de Ensino Superior do Amapá, CEAP, 2010. Disponível; www.ceap.br/material/MAT27092010210011.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2017.
- REIS, Aline Jesus; SILVA, Selma Leal da. A história da Contabilidade no Brasil. **Revista Ciências Contábeis**, V. 11, n° 1. UNIFACS, 2007.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Luca Pacioli: um mestre do renascimento**. 2° edição, Fundação Brasileira de Contabilidade, Brasília, 2004.
- SANTOS, Walter de Sá. **Uma construção da Contabilidade no Brasil**. Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE. Aracaju, 2005.
- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História da Contabilidade: foco na evolução das escolas do pensamento contábil**. Atlas, São Paulo, 2008.
- TOCZER, Pedro. **Postulados Contábeis**. UNIAMÉRICA, Foz do Iguaçu, 2013.
- WIESNER, Rodrigo. **Escolas da Contabilidade**. Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2012.